



Fatores Explicativos da Eficácia da Despesa Orçamentária dos Municípios Brasileiros

AREA: 4
TIPO: Aplicação

71

Explanatory Factors for the Budget Expenditure Effectiveness in Brazilian City
Factores explicativos de la eficacia del gasto presupuestario de los municipios brasileños

O presente estudo investiga os fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária dos municípios brasileiros. Por meio de uma análise de 4.532 municípios brasileiros com a utilização do modelo de regressão Tobit robusta, os resultados apontam como fatores explicativos: a receita realizada; o PIB per capita; os municípios de pequeno porte e médio porte quando comparados aos de grande porte; os municípios das regiões Sudeste e Sul em relação aos da Centro-Oeste; os gestores, com a idade entre 60 a 69 anos e o nível de escolaridade ensino médio completo e superior completo. Os resultados sinalizam, para os cidadãos, informações sobre como avaliar o desempenho da administração pública, quanto ao aspecto de sua eficácia.

The present study investigates the factors that explain the effectiveness of budget expenditure in Brazilian municipalities. Through an analysis of 4.532 Brazilian municipalities using the robust Tobit regression model, the results point as explanatory factors for the Effectiveness of Budgetary Expenditure: the realized revenue; GDP per capita; small and medium sized municipalities when compared to large ones; the municipalities of the Southeast and South regions in relation to those of the Midwest; managers, aged between 60 and 69 years old and having completed high school and higher education. The results indicate, for citizens, information on how to evaluate the performance of the public administration, in relation to the aspect of its effectiveness.

El presente estudio investiga los factores explicativos de la eficacia del gasto presupuestario de los municipios brasileños. Mediante un análisis de 4.532 municipios brasileños con la utilización de el modelo de regresión Tobit robusta, los resultados apuntan como factores explicativos de la eficacia del gasto presupuestario: la recaudación realizada; el PIB per capita; los municipios de pequeño y mediano tamaño comparados con los de grande tamaño; los municipios de las regiones Sudeste y Sur en relación con las de Centro-Oeste; los gestores, con edad comprendida entre 60 y 69 años y el nivel de escolaridade de enseñanza media completa y superior completa. Los resultados señalan, para los ciudadanos, información sobre cómo evaluar el desempeño de la administración pública, en relación con el aspecto de su eficacia.

AUTORES

Camila Rafaelly da Silva Câmara Revorêdo¹

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
camilarafaelly@yahoo.com.br

Maurício Corrêa da Silva

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
prof.mauriciocsilva@gmail.com

José Dionísio Gomes da Silva

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
dionisio@ufrnet.br

Jeronymo José Libonati

UFPE - Universidade Federal do Pernambuco, Brasil
jeronymolibonati@yahoo.com.br

1. Autor de contato:
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) - Departamento de Ciências Contábeis (DCC).
Av. Senador Salgado Filho, S/N - Campus Universitário - Lagoa Nova - Natal - Rio Grande do Norte (RN) - Brasil - CEP 59076-000.

DOI
10.3232/GCG.2021.V15.N1.03

RECEBIDO
29.04.2020

ACETADO
06.11.2020

1. Introdução

A busca por maximizar as chances de manter-se no poder, podem direcionar os gestores públicos a executarem despesas que demonstrem aos cidadãos suas competências, não se preocupando em manter o equilíbrio orçamentário (Klein & Sakurai, 2015). Nessa perspectiva, a compreensão do comportamento dos gestores públicos, quanto às decisões para alocar os recursos financeiros, pode contribuir para aperfeiçoar a administração pública (Fernandes & Alves, 2017).

Desse modo, destaca-se a relevância dos esforços empreendidos nas investigações sobre fatores que possam ter associação com a execução das despesas públicas. Para Avellaneda e Gomes (2017), as pesquisas concentram-se em explorar os fatores externos à organização (políticos, econômicos e sociodemográficos) e por isso devemos empreender esforços para investigar os fatores internos, como o perfil dos gestores públicos.

As análises desses fatores podem ser realizadas com base nos critérios de eficácia, eficiência e efetividade. De acordo com Silva (2019), a eficácia compreende o alcance dos objetivos, das metas e dos resultados pretendidos; a eficiência, representa o modo de utilizar de maneira racional os recursos disponíveis, e por sua vez, a efetividade, refere-se à alteração no *status quo* da população-alvo, ou seja, se ocorreram mudanças provocadas por uma ação pública. Para Athayde e Barbosa (2019), a avaliação da eficácia permite comparar os objetivos explícitos de uma política ou programa público e os seus resultados de maneira a identificar se as metas que foram pospostas pelo programa foram realmente alcançadas.

Para fins deste estudo, a eficácia da despesa orçamentária consiste na razão entre a despesa executada e a despesa fixada, expressa, respectivamente pelos valores da despesa empenhada e da dotação atualizada da despesa, extraídos do balanço orçamentário. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março 1964 (Brasil, 1964), a despesa executada é aquela legalmente empenhada no exercício financeiro. Diante dessa contextualização, por meio de uma análise de 4.532 municípios brasileiros, este estudo investiga quais são os fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária dos municípios brasileiros. A pesquisa potencialmente ampliará a discussão sobre o desempenho da administração pública no aspecto de sua eficácia.

PALAVRAS-CHAVE

**Dotação
Atualizada;
Despesa
Empenhada;
Eficácia
Orçamentária.**

KEYWORDS

**Updated
Appropriation;
Committed
Expense;
Budgetary
Effectiveness.**

PALABRAS CLAVE

**Dotación
actualizada; Gasto
realizado; Eficacia
presupuestaria.**

**CÓDIGO JEL:
H11; H68; H72**

2. Revisão da Literatura

2.1. Teoria da Escolha Pública

Segundo Tullock, Seldon e Brady (2005), a Teoria da Escolha Pública é a análise do comportamento do governo e, em particular, o comportamento dos indivíduos em relação ao governo. A análise desse comportamento busca entender como escolhas públicas podem influenciar as ações dos governantes na elaboração de políticas públicas.

A literatura sobre a Teoria da Escolha Pública e estudos empíricos acerca dos gastos apontam que os cidadãos valorizam gastos em determinadas áreas, fato que colabora para os gestores manipularem as escolhas orçamentárias. Logo, decidem por executar gastos de preferências comuns dos eleitores, com objetivo de convencê-los de sua competência em atender as prioridades dos cidadãos (Drazen & Eslava, 2010).

Aidt, Veiga e Veiga (2011) investigaram a interação entre ciclos orçamentários políticos e a competição eleitoral nos municípios portugueses, demonstraram que a proximidade das eleições contribui para que o agente manipule a política fiscal. No cenário brasileiro, Maciel (2013) argumenta que o recebimento de incentivos pelos parlamentares para atender grupos específicos responsáveis por financiar suas campanhas e a tendência dos cidadãos de não acompanhar o cumprimento das promessas, colabora para que os agentes públicos optem por propostas que elevem o gasto público.

Santos *et al.* (2015) analisaram a influência do financiamento nas campanhas eleitorais em relação ao comportamento dos parlamentares. Foram analisadas as escolhas dos deputados federais brasileiros, quanto aos projetos de interesse da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Os achados apontam que a proporção de recursos privados causa efeito positivo na cooperação dos deputados com os interesses da CNI.

Elayah (2016) examinou a ajuda externa em países em desenvolvimento e os achados apontaram que a ajuda está negativamente ligada ao desenvolvimento nesses países e ainda causa danos em vez de proporcionar crescimento. A maioria das ajudas envolvem interesses políticos, estratégicos e comerciais dos doadores. Park (2018) analisou os gastos com a dívida pública e atribuiu o seu crescimento além do nível sustentável aos incentivos políticos, as preferências políticas e aos períodos eleitorais.

Para Antonelli e Bonis (2018), a responsabilização dos formuladores de políticas públicas e dos burocratas na gestão dos gastos públicos causam efeito maior do que variáveis socioeconômicas, como por exemplo, o PIB *per capita*. Ceron, Curin e Negri (2019) destacam que as preferências políticas e as escolhas políticas feitas pelos partidos políticos e os papéis desempenhados por grupos partidários e sindicatos, são capazes de afetar as decisões do governo.

Desse modo, como as decisões políticas envolvem as preferências, as motivações e os interesses dos responsáveis pela administração pública, a presente investigação além de utilizar fatores externos à organização (econômicos e territoriais), investiga também os fatores internos, como o perfil dos gestores e a competição política com a finalidade de analisar a relação com a eficácia da despesa orçamentária.

2.2. Estudos empíricos

Na literatura observa-se diversos estudos empíricos sobre o desempenho dos governos quanto a previsão e arrecadação de receitas, o crescimento econômico, aspectos territoriais, bem como investigações sobre o perfil dos gestores públicos. A seguir alguns desses estudos são apresentados.

Yashobanta e Behera (2012) examinaram as relações entre as receitas e as despesas do governo na Índia. No longo prazo, os achados mostraram uma causalidade bidirecional entre receitas e despesas e, por isso, concluíram que é necessário aumentar a receita e reduzir os gastos de forma simultânea para controlar o déficit fiscal. No curto prazo, observaram uma causalidade unidirecional, da despesa em relação à receita, sugerindo que os desequilíbrios precisam ser mitigados por políticas que ajustem os gastos do governo.

Fiiirst *et al.* (2017) analisaram os dados sobre a receita prevista e arrecadada de 383 municípios paranaenses, no período de 2002 a 2013. Com objetivo de verificar a acurácia da receita orçamentária, por meio da diferença entre o valor previsto e o realizado e elaborar um *ranking* da previsibilidade da receita orçamentária. Os achados demonstraram que a maioria dos municípios apresentou elevados níveis de previsibilidade de receitas orçamentárias.

Boukari e Veiga (2018) compararam os governos locais da França e de Portugal quanto à natureza e aos fatores que influenciaram os erros de previsão orçamentária. As evidências revelaram que as previsões orçamentárias são tendenciosas e ineficientes e apresentaram maior prudência dos municípios franceses. Acerca dos aspectos políticos, institucionais e econômicos os achados apontaram que esses são impulsionados por motivações eleitorais e diferenças institucionais.

Sobre os efeitos da relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico, Gemmell, Kneller e Sanz (2016) examinaram os efeitos das despesas públicas no Produto Interno Bruto para o longo prazo, concentrando-se na despesa total e nas categorias específicas de gastos, nos países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O estudo considerou as possíveis relações endógenas que possam existir entre despesa e crescimento econômico. Os resultados indicaram efeitos positivos nos níveis do PIB relacionados à função educação, transporte e comunicação.

Neduziak e Correia (2017) analisaram os efeitos da composição do gasto público em relação a taxa de crescimento dos estados brasileiros, no período entre 1995 a 2011. Os resultados mostraram uma correlação positiva e significativa da razão gasto total/PIB com o crescimento econômico dos estados. Entre as esferas do governo, os gastos com o legislativo mostraram-se improdutivos, enquanto os gastos executados com administração e planejamento foram produtivos.

Ifa e Guetat (2018) analisaram o efeito dos gastos públicos em educação sobre o PIB *per capita* Tunísia e do Marrocos. Os achados demonstraram no curto prazo que a relação entre os gastos em educação e o produto interno na Tunísia é negativa, enquanto no Marrocos a relação é positiva. No longo prazo, as despesas com educação aumentaram o PIB *per capita* em ambos os países.

Os fatores demográficos e geográficos, como o tamanho da população, a densidade demográfica e a localização podem exercer influência na execução de gastos. Esses gastos podem ser impulsionados pelas características regionais, atividades econômicas e a urbanização.

Avellaneda e Gomes (2014) examinaram os efeitos diretos e não lineares do tamanho da população no desempenho local. O desempenho foi mensurado com as informações sobre a receita tributária e medidas de capacidade gerencial, idade (*proxy* para experiência de vida) e o nível de escolaridade dos prefeitos. Os resultados indicaram que o tamanho da população e as características do gestor (idade e escolaridade) estão positivamente correlacionadas com a receita obtida do imposto predial.

Silva, Silva e Borges (2015) avaliaram o desempenho da execução orçamentária por funções de governo dos 50 municípios mais populosos do Brasil para o ano de 2012. Os achados revelaram que os municípios deixaram de executar funções essenciais para o atendimento e bem-estar dos cidadãos. A falta de aplicação de recursos na função saneamento básico, pode ser explicada com base na Teoria da Escolha Pública, por serem ações que geralmente não proporcionam visibilidade da atuação dos gestores.

Nobre *et al.* (2017) investigaram a relação entre a eficácia orçamentária dos municípios paraibanos e as condições socioeconômicas retratadas pelos indicadores sociais e econômicos (renda, saúde, educação e tamanho populacional). Quanto ao tamanho, os municípios com grande contingente populacional apresentaram menor grau de eficácia orçamentária.

D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018) analisaram as características locais afetam a gestão do gasto público em municípios toscanos. O tamanho do município (número de habitantes) afeta a eficiência dos gastos, de modo que as medidas regionais par reduzir a fragmentação territorial alinha-se com evidência encontrada. A localização revelou que lugares de difícil acesso e menor presença populacional apresentaram maior ineficiência no fornecimento de serviços.

Quanto a localização, Mendes e Sousa (2006) estimaram a demanda por gastos públicos para os municípios brasileiros. Os resultados mostraram que municípios pertencentes às regiões Nordeste e Sudeste, tendem a apresentar maiores níveis de despesa por razões distintas. No Nordeste, os serviços públicos são geralmente os únicos disponíveis para a população com menor poder aquisitivo, como consequência ocorre a elevação dos gastos. Na região Sudeste, a característica mais urbana contribuiu para o aumento da demanda por mais serviços públicos.

Neves *et. al* (2013) analisarem se o perfil da universidade federal influencia a execução orçamentária dos programas Brasil Universitário e Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica. Os achados apontam que a localização da universidade exerce influência na realização do empenho, liquidação e pagamento dos valores orçados.

Mendes (2015) analisou a despesa orçamentária *per capita* por faixa populacional e por região, de 2000 e 2010. Em cada faixa populacional houve crescimento nas despesas médias a partir da região Norte, seguida pela região Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Na faixa populacional acima de 1 milhão de habitantes, a região Sul exibiu a maior despesa média. Na faixa abaixo de 10 mil habitantes, a região Centro-Oeste apresentou a maior despesa. Nas demais faixas, a região Sudeste apresentou maior despesa média. Os achados indicam uma distorção na execução orçamentária em locais com desigualdade regional ou social.

Karim e Noy (2020) examinaram os determinantes da alocação dos gastos públicos nos entes subnacionais em Bangladesh para a redução do risco de desastres. Foram avaliados o risco, a vulnerabilidade socioeconômica e economia política em relação as decisões de alocação dos recursos. Os achados apontam que o risco de inundação, a localização e a taxa de pobreza, foram significativos para os gastos públicos.

As investigações sobre o perfil dos gestores públicos têm demonstrado que o nível de educação pode influenciar as decisões políticas em relação ao estado de bem-estar (Svallfors, 2011). Sobre o gênero, Bhalotra e Clots-Figueras (2014) demonstraram que as mulheres são mais propensas do que os homens a investir na infraestrutura de saúde pública, com serviços de pré-natal e infantil, contribuindo para reduzir a mortalidade nos primeiros anos de vida. Quanto a idade do gestor, Campbell e Childs (2014) argumentam que as mudanças nas escolhas públicas podem depender da experiência de vida e experiência política do gestor.

Freier e Thomasius (2016) utilizaram informações sobre o orçamento municipal, os resultados eleitorais e os níveis de qualificação em termos de educação e experiência profissional. Os achados mostraram que prefeitos com experiência política apresentaram uma tendência em reduzir o endividamento local, realizar menores gastos totais e diminuir os impostos.

Rocha, Orellano e Bugarin (2018) avaliaram as características do prefeito, nível de escolaridade, a experiência prévia no setor público e o gênero com relação aos indicadores fiscais dos municípios brasileiros. Os resultados mostraram que prefeitos experientes e instruídos dedicaram uma fração menor do orçamento aos gastos correntes, especificamente às despesas com pessoal. Dessa forma, demonstraram uma preocupação com as finanças públicas. Sobre a variável gênero, não foi possível avaliar sua relação com os indicadores fiscais.

Slegten e Heyndels (2020) investigaram as preferências de gastos públicos em 308 municípios em Flandres. Os achados mostraram que as mulheres quando comparadas aos homens do mesmo partido preferem aumentar as despesas com cultura e bem-estar e reduzir nas funções segurança e meio ambiente. Gestores com idades mais avançadas (*proxy* da experiência de vida) optam por maiores gastos com segurança, bem-estar e cultura e menores gastos com educação. Aqueles com maior nível de escolaridade preferem aumentar os gastos com meio ambiente e reduzir os gastos com educação e segurança quando comparados com os de menor escolaridade.

Outro aspecto consiste em compreender como a competição política pode exercer influência nas escolhas dos atores políticos. Berliner e Erlich (2015), Nye e Vasilyeva (2015) e Thomson et. al (2017) buscaram analisar a relação entre a competição política e a disposição por implementar reformas, realizar as promessas eleitorais e aumentar os gastos públicos.

Gerigk e Ribeiro (2018) analisaram a influência de variáveis políticas em relação aos gastos com investimentos públicos em municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes, entre 2001 a 2012. As evidências apontam que o ciclo orçamentário possui influência sobre os gastos com investimentos, que o alinhamento político foi a variável que mais impactou os investimentos, enquanto a competição política não influenciou a utilização dos recursos em investimentos.

Datta (2020) examinou o efeito da competição política nas despesas públicas com saúde em 16 estados indianos, no período de 1991 a 2011. Os achados revelaram que a competição política influenciou positivamente os gastos no setor de saúde em todos os estados.

2.3. Hipóteses do estudo

Com base nos estudos formulou-se as seguintes hipóteses para analisar os fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária.

Hipótese 1 (H1): Existe relação positiva e significativa entre a receita realizada e a eficácia da despesa orçamentária. Admite-se que, municípios com maiores níveis de arrecadação, espera-se que apresentem maior eficácia da despesa orçamentária, conforme as pesquisas de Yashobanta e Behera (2012), Fiirst *et al.* (2017) e Boukari e Veiga (2018).

Hipótese 2 (H2): Existe relação positiva e significativa entre os níveis de renda e riqueza local (PIB per capita) e a eficácia da despesa orçamentária. Com base nos estudos de Gemmell, Kneller e Sanz (2016), Neduziak e Correia (2017) e Ifa e Guetat (2018) espera-se que municípios com maiores níveis de atividade econômica, evidenciem maior eficácia da despesa orçamentária.

Hipótese 3 (H3): Existe relação positiva e significativa entre o tamanho dos municípios (população) e a eficácia da despesa orçamentária. Os estudos de Avellaneda e Gomes (2014), Silva, Silva e Borges (2015), Nobre *et al.* (2017) e D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018) apontam que municípios com tamanho populacional maior tendem a apresentar maior pressão por gastos, e conseqüente maior eficácia da despesa orçamentária.

Hipótese 4 (H4): Existe relação positiva e significativa entre a região que está localizado o município e a eficácia da despesa orçamentária. Com base nos estudos de Mendes e Sousa (2006), Mendes (2015), Neves *et al.* (2013), D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018) e Karim e Noy (2020), regiões mais desenvolvidas tendem (Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, nessa ordem) a apresentar maior nível de execução das despesas.

Hipótese 5 (H5): Existe relação positiva e significativa entre o gênero do gestor e a eficácia da despesa orçamentária. Independente do gênero, espera-se que os gestores públicos sejam eficazes na execução da despesa orçamentária. Somente após as análises poderá ser feita a inferência. Este estudo, testa a execução da despesa orçamentária de 4.058 prefeitos e 474 prefeitas. Com base nos estudos de Bhalotra e Clots-Figueras (2014), Rocha, Orellano e Bugarin (2018) e Slegten e Heyndels (2020).

Hipótese 6 (H6): Existe relação positiva e significativa entre a idade do gestor e a eficácia da despesa orçamentária. A partir dos estudos de Campbell e Childs (2014), Avellaneda e Gomes (2014) e Slegten e Heyndels (2020) espera-se que prefeitos com maior experiência de vida apresentem maior eficácia da despesa orçamentária.

Hipótese 7 (H7): Existe relação positiva e significativa entre os níveis de escolaridade do gestor e a eficácia da despesa orçamentária. Sugere-se que quanto maior o grau de instrução do gestor público maior será a eficácia da despesa orçamentária, a partir dos estudos de Svallfors (2011), Avellaneda e Gomes (2014), Freier e Thomasius (2016), Rocha, Orellano e Bugarin (2018) e Slegten e Heyndels (2020).

Hipótese 8 (H8): Existe relação positiva e significativa entre a experiência política e a eficácia da despesa orçamentária. Com base nos estudos de Avellaneda e Gomes (2014), Freier e Thomasius (2016) e Rocha, Orellano e Bugarin (2018), gestores que anteriormente atuaram em cargos políticos, espera-se que apresentem uma maior eficácia da despesa orçamentária.

Hipótese 9 (H9): Existe relação positiva e significativa entre a competição política (maioria dos vereadores da mesma coligação ou do mesmo partido do prefeito) e a eficácia da despesa orçamentária. A partir dos estudos de Berliner e Erlich (2015), Nye & Vasilyeva (2015), Thomson *et al.* (2017), Gerigk e Ribeiro (2018) e Datta (2020), admite-se que prefeitos que possuam maioria de vereadores na Câmara Municipal, por serem da mesma coligação apresentem maior eficácia da despesa orçamentária.

3. Procedimentos metodológicos

Neste estudo foram investigados os 5.570 municípios brasileiros e excluídos 1.038 municípios por não apresentarem todas as variáveis necessárias para a análise. Desse modo, a análise descritiva e econométrica compreende um total de 4.532 municípios.

3.1. Descrição das variáveis

Na **Tabela 1** apresenta-se a descrição das variáveis testadas como fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária dos municípios brasileiros.

Tabela 1 - Descrição das variáveis para análise da associação

Fatores/Sigla	Descrição	Estudos
<i>Variável dependente (Y)</i>		
<i>EDO</i>	Eficácia da Despesa Orçamentária	
<i>Variáveis independentes (X) - Fatores explicativos</i>		
<i>Receita Realizada (REC)</i>	Valores da receita municipal arrecadada.	Yashobanta e Behera (2012), Fiirst et al. (2017) e Boukari e Veiga (2018).
<i>PIB per capita (PIB)</i>	Produto Interno Bruto (<i>per capita</i>).	Gemmell, Kneller e Sanz (2016), Neduziak e Correia (2017) e Ifa e Guetat (2018).
<i>Porte do município (TAM) população</i>	Porte Pequeno I (TAM_1) até 20.000 habitantes; Porte Pequeno II (TAM_2) 20.001 até 50.000 habitantes; Porte Médio (TAM_3) 50.001 até 100.000 habitantes; Porte Grande (TAM_4) a partir de 100.001 habitantes. Variáveis <i>dummies</i> na regressão (0 ou 1).	Avellaneda e Gomes (2014), Silva, Silva e Borges (2015), Nobre et al. (2017) e D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018).
<i>Região do município (REG)</i>	Regiões Brasileiras: REG_1 (Sudeste); REG_2 (Sul); REG_3 (Nordeste); REG_4 (Centro-Oeste) e REG_5 (Norte). Variáveis <i>dummies</i> na regressão (0 ou 1).	Mendes e Sousa (2006), Neves et. al (2013), Mendes (2015) e Karim e Noy (2020).
<i>Gênero do gestor (GEN)</i>	1 = Masculino. 0 = Feminino.	Bhalotra e Clots-Figueras (2014), Rocha, Orellano e Bugarin (2018) e Slegten e Heyndels (2020).

<i>Idade do gestor (IDADE)</i>	Faixa etária: 21 a 29 anos (IDADE_1); 30 a 39 anos (IDADE_2); 40 a 49 anos (IDADE_3); 50 a 59 anos (IDADE_4); 60 a 69 anos (IDADE_5); 70 a 79 anos (IDADE_6); e 80 a 88 anos (IDADE_7).	Avellaneda e Gomes (2014), Campbell e Childs (2014) e Slegten e Heyndels (2020).
<i>Nível de escolaridade do gestor (N_ESC_)</i>	Lê e Escreve (N_ESC_1); Fundamental Incompleto (N_ESC_2); Fundamental Completo (N_ESC_3); Médio Incompleto (N_ESC_4); Médio Completo (N_ESC_5); Superior Incompleto (N_ESC_6) e Superior Completo (N_ESC_7). Variáveis <i>dummies</i> na regressão (0 ou 1).	Svallfors, 2011, Avellaneda e Gomes (2014), Freier e Thomasius (2016), Rocha, Orellano e Bugarin (2018) e Slegten e Heyndels (2020).
<i>Experiência política do gestor (EXP_P)</i>	Possui experiência política (exerceu mandato como vereador, prefeito, deputado ou senador). Variáveis <i>dummies</i> na regressão (0 ou 1).	Avellaneda e Gomes (2014), Freier e Thomasius (2016) e Rocha, Orellano e Bugarin (2018).
<i>Competição Política (COMP_P)</i>	Prefeitos com maioria de vereadores na câmara, por serem da mesma coligação. Variáveis <i>dummies</i> na regressão (0 ou 1).	Berliner e Erlich (2015); Nye e Vasilyeva (2015), Thomson <i>et. al</i> (2017), Gerigk e Ribeiro (2018) e Datta (2020).

Fonte: dados da pesquisa

Para realizar o cálculo da variável dependente, os dados sobre a despesa empenhada e dotação atualizada da despesa foram extraídos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (Brasil, 2019) por meio do demonstrativo do Balanço Orçamentário. Os dados coletados referem-se ao exercício 2017, pois, no momento da coleta, eram as informações mais recentes disponibilizadas.

3.2. Técnica de análise e interpretação dos dados

A variável dependente deste estudo (Eficácia da Despesa Orçamentária) é limitada a 0 (zero) à esquerda e 1 (um) à direita. Desse modo, os valores obtidos pela razão entre a despesa empenhada e a dotação atualizada da despesa estão na faixa de 0 a 1. Diante disso, foi utilizado o modelo de regressão Tobit. Segundo Amemiya (1984), o modelo Tobit refere-se a modelos de regressão nos quais o intervalo da variável dependente é limitado de alguma maneira.

A estimação por meio do modelo Tobit depende essencialmente dos pressupostos da normalidade e da homocedasticidade. Quanto à normalidade condicional de y , sabe-se que não desempenha nenhum papel na inexistência de viés, na consistência ou na interferência de amostras grandes. A heterocedasticidade não afeta a inexistência de viés ou a consistência dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), embora deva-se calcular erros-padrão e estatísticas de testes robustos para efetuar a inferência aproximada (Wooldridge, 2012). Desse modo, para solucionar os desvios dos pressupostos, foi utilizada a regressão robusta.

Com o objetivo de mitigar possíveis problemas de heterocedasticidade, a variável explicativa Receita Realizada (REC) foi transformada em logaritmo natural (LnREC). Na sequência, com a finalidade de

detectar a presença de multicolinearidade, foi realizado o teste VIF (*Variance Inflation Factor*). Na **Tabela 2**, são apresentados os resultados obtidos no teste.

Tabela 2 - Variance Inflation Factor (VIF) das variáveis explicativas

Variáveis	VIF	Variáveis	VIF	Variáveis	VIF
PIB	1,07	LnREC	1,07	N_ESC_1	1,02
TAM_1	3,79	GEN	1,39	N_ESC_2	1,13
TAM_2	3,30	IDADE_1	1,85	N_ESC_4	1,03
TAM_3	1,91	IDADE_2	1,03	N_ESC_5	1,28
REGIAO_1	3,84	IDADE_4	1,06	N_ESC_6	1,09
REGIAO_2	3,46	IDADE_5	1,02	N_ESC_7	4,48
REGIAO_3	3,67	IDADE_6	3,72	EXP_P	1,81
REGIAO_5	1,61	IDADE_7	1,32	COMP_P	1,39

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a **Tabela 2** as variáveis independentes apresentaram valores inferiores a 5 para o Fator de Inflação de Variância. Portanto, não há multicolinearidade entre as variáveis explicativas.

4. Resultados e discussões

Na **Tabela 3**, apresenta-se as estatísticas descritivas e a frequência das variáveis *dummies*.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas e a frequência das variáveis dummies

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Curtose	Assimetria
EDO	4532	0,1853	1,0000	0,8254	0,1151	1,1737	-0,9747
REC	4532	1.370.697,34	49.813.695.269,70	114.093.647,91	873.395.964,23	2397,3038	44,6371
PIB per capita	4532	3.190,57	314.637,69	22.336,81	20.834,37	49,1906	5,2287
Frequência das variáveis <i>dummies</i>							
Variável		F	FR (%)	Variável	F	FR (%)	
Porte do Município	TAM_1	3035	66,97%	Idade do Gestor	IDADE_1	104	2,29%
	TAM_2	899	19,84%		IDADE_2	795	17,54%
	TAM_3	305	6,73%		IDADE_3	1.391	30,69%
	TAM_4	293	6,47%		IDADE_4	1.450	31,99%
	Total	4.532	100%		IDADE_5	636	14,03%
Gênero do Gestor	Feminino	474	10,46%		IDADE_6	142	3,13%
	Masculino	4.058	89,54%		IDADE_7	14	0,31%
	Total	4.532	100%	Total	4.532	100%	

Escolaridade do Gestor	N_ESC_1	34	0,75%	Experiência política	Sim	921	20,32%
	N_ESC_2	278	6,13%		Não	3.611	79,68%
	N_ESC_3	288	6,35%			4.532	100%
	N_ESC_4	123	2,71%	Competição política	Sim	1.816	40,07%
	N_ESC_5	1132	24,98%		Não	2.716	59,93%
	N_ESC_6	257	5,67%		Total	4.532	100%
	N_ESC_7	2.420	53,40%				
	Total	4.532	100%				

Legenda: N = número de municípios analisados; F = Frequência; FR (%) = Percentagem relativa à frequência absoluta.

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se, na **Tabela 3**, que a média da variável Eficácia da Despesa Orçamentária (EDO) foi de 0,8254 e desvio-padrão de 0,1151. O município de Ourizona (PR) apresentou o valor mínimo de 0,1853 para a EDO. Apenas 2 (dois) municípios, Mascote (BA) e Maxaranguape (RN) alcançaram o valor máximo da EDO, igual a 1 (um).

Verifica-se que a variável Receita Realizada (REC), em média, foi R\$ 114.093.647,91. O valor mínimo de recursos arrecadados equivale a R\$ 1.370.697,34, referente ao município de Jussiape (BA), e o valor máximo R\$ 49.813.695.269,70 pertence ao município de São Paulo (SP). Note-se que o PIB per capita médio dos municípios em análise é equivalente a R\$ 22.336,81. Os valores mínimos e máximos do PIB per capita correspondem, respectivamente, R\$ 3.190,57 (Novo Triunfo - BA) e R\$ 314.637,69 (Paulínia - SP).

No caso da variável EDO, o coeficiente de curtose indica uma curva de frequência mais achatada que a curva normal. Quanto à medida de assimetria, a variável EDO apresentou coeficiente menor que 0 (zero), portanto, a distribuição é assimétrica negativa (à esquerda).

Os municípios classificados como TAM_1 (população até 20.000 mil habitantes), correspondem aproximadamente a 67% dos municípios, com população entre 20.001 a 50.000 habitantes (TAM_2) representam 19,87%. Apenas 305 municípios (6,73%) correspondem ao médio porte (TAM_3) e 293 municípios (6,47%) como grande porte (TAM_4).

Quanto às características dos gestores públicos, constata-se que 89,54% dos municípios possuem administradores do gênero masculino, e que apenas 10,46% são do gênero feminino. Observa-se que em relação ao nível de escolaridade, 34 prefeitos se enquadram na categoria lê e escreve (N_ESC_1), 278 não completaram o ensino fundamental (N_ESC_2) e 288 possuem até o ensino fundamental completo (N_ESC_3). Os gestores que possuem nível médio completo (N_ESC_5) correspondem a 24,98% e 53,40% possuem formação superior completa (N_ESC_7).

Os municípios de Machacalis e Santa Cruz de Salinas, ambos em Minas Gerais (MG), elegeram os prefeitos mais jovens, com idade de 21 anos. O município de Catende (PE) elegeu o prefeito com a maior experiência de vida, 88 anos. A faixa etária com maior percentual 31,99% compreende as idades entre 50 a 59 anos. A faixa etária com menor quantidade de prefeitos corresponde às idades entre 80 a 88 anos (0,31%).

Verifica-se que 3.611 prefeitos (79,68%) não possuem experiência prévia em algum cargo político. Apenas 20,32% dos gestores exerceram algum cargo eletivo. Quanto à competição política, observa-se que 1.816 gestores não possuem a maioria dos vereadores na câmara. Os prefeitos que governam com apoio da maioria dos vereadores da casa são 2.712.

Na **tabela 4** constam os resultados do modelo de regressão para analisar os fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária.

Tabela 4 - Resultados da regressão Tobit robusta

<i>Fatores econômicos</i>				
<i>Variáveis</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro padrão robustos</i>	<i>t</i>	<i>p > t </i>
<i>LnREC</i>	0,0140	0,0016	8,99	0,0000 *
<i>PIB per capita</i>	4,85E-07	6,79E-08	7,14	0,0000 *
<i>Constante</i>	0,5692	0,0273	20,81	0,0000 *
<i>Sigma</i>	0,1134	0,0015		
<i>Log verossimilhança</i>	3432,3105		F (2, 4530) =	81,03
<i>Porte Territorial e Localização</i>				
<i>TAM_1</i>	-0,0116	0,0063	-1,84	0,0660
<i>TAM_2</i>	0,0221	0,0069	3,19	0,0010*
<i>TAM_3</i>	0,0239	0,0080	3,00	0,0030*
<i>REGIAO_1</i>	0,0504	0,0076	6,63	0,0000 *
<i>REGIAO_2</i>	0,0198	0,0077	2,59	0,0100*
<i>REGIAO_3</i>	0,0121	0,0081	1,49	0,1370
<i>REGIAO_5</i>	0,0178	0,0103	1,72	0,0850
<i>Constante</i>	0,8009	0,0093	86,49	0,0000
<i>Sigma</i>	0,1129	0,0015		
<i>Log verossimilhança</i>	3453,0664	F (7, 4525) =	30,04	
<i>Características do gestor e Competição Política</i>				
<i>GEN</i>	0,0062	0,0058	1,0800	0,2800
<i>IDADE_1</i>	0,0003	0,0123	0,0300	0,9780
<i>IDADE_2</i>	0,0038	0,0053	0,7100	0,4750
<i>IDADE_4</i>	0,0061	0,0043	1,4000	0,1600
<i>IDADE_5</i>	0,0132	0,0055	2,4000	0,0170*
<i>IDADE_6</i>	0,0075	0,0101	0,7400	0,4570
<i>IDADE_7</i>	0,0402	0,0343	1,1700	0,2410
<i>N_ESC_1</i>	0,0232	0,0177	1,3100	0,1910
<i>N_ESC_2</i>	0,0176	0,0096	1,8400	0,0660
<i>N_ESC_4</i>	0,0137	0,0126	1,0900	0,2770
<i>N_ESC_5</i>	0,0170	0,0078	2,1900	0,0290*
<i>N_ESC_6</i>	0,0146	0,0101	1,4500	0,1480

<i>N_ESC_7</i>	0,0183	0,0074	2,4700	0,0140*
<i>EXP_P</i>	0,0020	0,0043	0,4600	0,6460
<i>COMP_P</i>	0,0049	0,0035	1,4100	0,1590
<i>Constante</i>	0,7961	0,0095	84,0400	0,0000
<i>Sigma</i>	0,1149	0,0015		
<i>Log verossimilhança</i>	3370,9695		F (15, 4517) =	1,16

Observações censuradas à esquerda = 1 (Eficácia da Despesa Orçamentária \leq 0,1853); Observações censuradas à direita = 0 (zero);
 Legenda: * $p < 0,05$.

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se, na **Tabela 4**, que a receita realizada (LnREC) apresentou um efeito positivo (coeficiente de 0,0140) e estatisticamente significativo (p - valor de 0,000) a um nível de 5% de significância com à Eficácia da Despesa Orçamentária (EDO). Isso significa que a Hipótese 1 (H1) é confirmada, ou seja, há uma relação positiva e significativa entre a receita realizada e a EDO. Os achados corroboram com o estudo de Yashobanta e Behera (2012) sobre o efeito entre receitas e despesas.

A variável PIB *per capita* influenciou de forma positiva e significativa ($\alpha = 5\%$) a EDO. Desse modo, a Hipótese 2 (H2) é confirmada, sendo assim, existe uma relação positiva e significativa entre os níveis de renda e riqueza local e a EDO. Os achados corroboram com o estudo de Gemmell, Kneller e Sanz (2016) sobre a influência do PIB em relação à execução das despesas públicas.

Os resultados das variáveis que tratam do porte territorial, TAM_2 (população entre 20.001 e 50.000 habitantes) e TAM_3 (população entre 50.001 e 100.000 habitantes), apresentaram influência positiva e significativa a 5% em relação à variável EDO, com p -valores de 0,001 e 0,003, respectivamente. Dessa forma, a Hipótese 3 (H3) é confirmada, o que significa que há uma relação positiva e significativa entre o número de habitantes e a eficácia da despesa orçamentária. Os resultados corroboram, com as afirmações de Mendes e Souza (2006) e D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018) posto que destacam que locais com elevado número de habitantes demandam por mais serviços e, por isso, mais despesas precisam ser executadas.

Quanto a localização, as variáveis REGIAO_1 e REGIAO_2 (Sudeste e Sul) apresentaram um efeito positivo (coeficientes de 0,0504 e 0,0198, respectivamente) e estatisticamente significativo ($\alpha = 5\%$), com p -valores de 0,000 e 0,010 em relação a EDO. Assim, a Hipótese 4 (H4), que as regiões mais desenvolvidas tendem a apresentar uma maior eficácia da despesa orçamentária, é confirmada. As variáveis REGIAO_3 e REGIAO_5, que representam as regiões Nordeste e Norte, não foram estatisticamente significativas em relação a EDO. Esses resultados reforçam os achados de Mendes e Sousa (2006), a saber, municípios localizados na região Sudeste tendem a apresentar maiores níveis de despesa, pela característica mais urbana desses locais contribuir para elevação dos gastos públicos. Assim como os achados de Neves et. al (2013) Karim e Noy (2020) de que a localização influencia a realização de gastos.

As variáveis GEN (gênero), EXP_P (experiência política) e COMP_P (competição política) não foram estatisticamente significativas ($\alpha = 5\%$) para explicar a EDO. Logo, não é possível realizar inferências sobre a Hipótese 5 (H5), Hipótese 8 (H8) e Hipótese 9 (H9).

Sobre as faixas etárias dos gestores, a variável IDADE_5 (60 a 69 anos) apresentou relação positiva (0,0132) e estatisticamente significativa a 5% (p -valor igual 0,0170) com a variável EDO. Desse modo, a Hipótese 6 (H6) é confirmada, pois observa-se que prefeitos com maior experiência de vida apresentaram

maior EDO. Consoantes aos achados de Campbell e Childs (2014) e Slegten e Heyndels (2020) sobre o efeito da experiência de vida na escolhas e decisões sobre a execução das despesas.

Observa-se que o efeito do gestor possuir nível superior completo é maior quando comparado com o ensino médio completo. Sendo assim, a Hipótese 7 (H7) é confirmada, por haver uma relação positiva e significativa entre os níveis de escolaridade e a EDO, indicando que gestores com maiores níveis de formação alcançam maior eficácia da despesa orçamentária. Os achados reforçam os apontamentos de Svallfors, 2011, Rocha, Orellano e Bugarin (2018) e Slegten e Heyndels (2020) sobre a nível de formação dos gestor e as realização dos gastos.

5. Considerações Finais

A análise da execução da despesa orçamentária auxilia identificar o desempenho das ações governamentais. Para realizar essa análise, referente à avaliação de políticas públicas, podem ser utilizados os critérios da eficiência, efetividade e eficácia. O critério da eficácia permite analisar se os objetivos traçados de determinado programa foram atingidos.

Estudos empíricos apontam que fatores como os níveis de arrecadação, o crescimento econômico, o número de habitantes, a localização, as características dos gestores públicos e a competição política, possuem relação com a execução das despesas públicas. Nesse contexto, a presente investigação analisou quais são os fatores explicativos (receita realizada, PIB *per capita*, localização, porte territorial, perfil dos gestores e a competição política) da eficácia da despesa orçamentária dos municípios brasileiros, por meio do modelo de regressão Tobit.

Os achados revelaram que os recursos financeiros arrecadados e o PIB são fatores explicativos da Eficácia da Despesa Orçamentária. Sobre o porte territorial e a localização, os municípios de porte médio apresentaram maior influência na EDO quando comparados com municípios de porte pequeno II. Além disso, as cidades situadas nas regiões sudeste e sul apresentaram maior Eficácia da Despesa Orçamentária.

Os resultados acerca das características dos gestores revelaram que a idade (*proxy* da experiência de vida) e o nível de escolaridade possuem relação com a Eficácia da Despesa Orçamentária. Os municípios que são administrados por gestores públicos na faixa etária entre 60 e 69 anos e nível de formação com ensino médio completo e ensino superior completo apresentaram maior eficácia na gestão dos recursos públicos.

Sendo assim, os municípios devem buscar cada vez mais realizar projeções e estimativas de receitas o mais próximo da realidade fiscal bem como priorizar ações que viabilizem o desenvolvimento local, com a finalidade de diminuir a dependência financeira. Como medidas adotar por exemplo a cooperação por meio de consórcios públicos, de maneira a auxiliar a enfrentar as dificuldades em termos de infraestrutura e logística.

Quanto às características do gestor, é preciso despertar o interesse dos cidadãos sobre educação política. Desse modo, divulgar informações sobre aqueles que são os responsáveis pelas ações governamentais, seu desempenho, sua capacidade de gestão, permite uma reflexão sobre a importância da população em conhecer as questões políticas e aumentar a sua participação, seja em audiências públicas, no controle ou na fiscalização das ações dos governantes.

Estes resultados sinalizam, para os cidadãos, informações sobre como avaliar o desempenho da administração pública, quanto ao aspecto de sua eficácia. Essas informações minimizam a assimetria informacional e proporcionam aos cidadãos condições de exercerem um dos seus direitos: o controle social.

Observa-se como contribuições, além da identificação de fatores relacionados com a eficácia da despesa orçamentária, a utilização da variável competição política. Recomenda-se, para futuras pesquisas, analisar outros fatores que possam explicar a eficácia da despesa orçamentária.

Finalmente, os resultados revelam como fatores explicativos da Eficácia da Despesa Orçamentária: a receita realizada; o PIB per capita; o porte territorial, os municípios de pequeno porte II e médio porte em comparação aos de grande porte; a localização, os municípios das regiões Sudeste e Sul, comparados com a região Centro-Oeste; além das características dos gestores, como a faixa etária entre 60 a 69 anos e o nível de escolaridade correspondente ao ensino médio completo e ensino superior completo.

Referências

- AAidt, T. S., Veiga, F. J., & Veiga, L. G. (2011). Election results and opportunistic policies: A new test of the rational political business cycle model. Public choice, 148(1-2), 21-44.*
- Amemiya, T. (1984). "Tobit models: A survey. Journal of econometrics", 24(1-2), pp. 3-61.*
- Andrade, N. A. (2017). "Contabilidade pública na gestão municipal". 6ª ed. São Paulo: Atlas.*
- Antonelli, M. A., & Bonis, V. (2018). Assessing the performance of social spending in Europe. Central European Journal of Public Policy, 12(1), 17-31.*
- Athayde, A. L. M., & Barbosa, T. R. D. C. G. (2019). "Avaliação de programas governamentais: Ciência sem Fronteiras em foco". Estudos em Avaliação Educacional, 30(73), pp.224-252.*
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2014). "Is small beautiful? Testing the direct and nonlinear effects of size on municipal performance". Public Administration Review, 75(1), pp. 137-149.*
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2017). Mayoral quality and municipal performance in Brazilian local governments. Organizações & Sociedade, 24(83), 555-579.*

- Bhalotra, S., & Clots-Figueras, I. (2014). *Health and the political agency of women*. *American Economic Journal: Economic Policy*, 6(2), 164-97.
- Berliner, D., & Erlich, A. (2015). "Competing for transparency: political competition and institutional reform in Mexican states". *American Political Science Review*, 109(1), pp. 110-128.
- Boukari, M., & Veiga, F. J. (2018). *Disentangling political and institutional determinants of budget forecast errors: A comparative approach*. *Journal of Comparative Economics*, 46(4), 1030-1045.
- Brasil. (1964). "Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em mar. 2019.
- Brasil. (2019). "Secretaria do Tesouro Nacional (STN)". Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em: fev. 2019a
- Campbell, R., & Childs, S. (2014). *Representing women's interests and the UK Conservative Party: 'To the left, to the right', party members, voters and representatives*. *Gender, Conservatism and Political Representation*, 251-72.
- Ceron, A., Curini, L., & Negri, F. (2019). *Intra-party politics and interest groups: missing links in explaining government effectiveness*. *Public Choice*, 180(3-4), 407-427. <https://doi.org/10.1007/s11127-019-00644-0>
- Datta, S. (2020). *Political competition and public healthcare expenditure: evidence from Indian states*. *Social Science & Medicine*, 244, 112429.
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). *Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence*. *Journal of development economics*, 92(1), 39-52.
- D'Inverno, G., Carosi, L., & Ravagli, L. (2018). *Global public spending efficiency in Tuscan municipalities*. *Socio-Economic Planning Sciences*, 61, 102-113.
- Elayab, M. (2016). *Lack of foreign aid effectiveness in developing countries between a hammer and an anvil*. *Contemporary Arab Affairs*, 9(1), 82-99. <http://dx.doi.org/10.1080/17550912.2015.1124519>
- Fernandes, A. C. C. B.; Alves, M. A. (2017). "Planejamento de políticas públicas: uma teoria na definição dos gastos federais". *Negócios em Projeção*, v. 8 (1), pp. 139-152.
- Fürst, C., Pamplona, E., Hein, N., & Zonatto, V. C. S. (2017). "Eficiência de previsibilidade orçamentária da receita pública: um estudo em municípios do estado do Paraná entre os exercícios 2002 e 2013". *Race: Revista de administração, contabilidade e economia*, 16(3), pp. 983-1008.
- Freier, R., & Thomasius, S. (2016). *Voters prefer more qualified mayors, but does it matter for public finances? Evidence for Germany*. *International Tax and Public Finance*, 23(5), 875-910.
- Gemmell, N., Kneller, R., & Sanz, I. (2016). "Does the Composition of Government Expenditure Matter for Long-Run GDP Levels?" *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 78(4), pp. 522-547.
- Gerigk, W., & Ribeiro, F. (2018). "Investimentos públicos e fatores políticos nos pequenos municípios brasileiros: o que é relevante?" *Revista Universo Contábil*, 14(4), pp. 68-92.
- Ifa, A., & Guetat, I. (2018). *Does public expenditure on education promote Tunisian and Moroccan GDP per capita? ARDL approach*. *The Journal of Finance and Data Science*, 4(4), 234-246.
- Karim, A., & Noy, I. (2020). *Risk, poverty or politics? The determinants of subnational public spending allocation for adaptive disaster risk reduction in Bangladesh*. *World Development*, 129, 104901.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). "Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy". *European Journal of Political Economy*, 37, pp. 21-36. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>
- Mendes, C. C., & Sousa, M. D. C. S. (2006). "Demand for locally provided public services within the median voter's framework: the case of the Brazilian municipalities". *Applied Economics*, 38(3), pp. 239-251.

- Mendes, C. C. (2015). *Padrões regionais da despesa pública municipal no Brasil (No. 2089). Texto para Discussão.*
- Neduziak, L. C. R., & Correia, F. M. (2017). *Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. Revista de Administração Pública, 51(4), 616-632.*
- Neves, T. J. G., Libonati, J., Castro Vasconcelos, M. T., Moura, H. P., Lagioia, U. C. T., & Araújo, J. (2013). *Execução dos programas orçamentários nas Universidades Federais Brasileiras: um estudo das influências. In Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.*
- Nobre, C. J. F., Diniz, J. A., Lima, S. C., & Araújo, R. J. R. (2017). *O impacto dos indicadores socioeconômicos no grau de eficácia orçamentária. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 16(49).*
- Nye, J. V. C., & Vasilyeva, O. (2015). "When does local political competition lead to more public goods? Evidence from Russian regions". *Journal of Comparative Economics, 43 (3), pp. 650-676. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jce.2015.03.001>*
- Park, S. (2018). *Understanding public sector debt: financial vicious circle under the soft budget constraint. Public Organization Review, 18(1), 71-92. <http://dx.doi.org/10.1007/s11115-016-0358-y>*
- Rocha, F.; Orellano, V. I. F.; Bugarin, K. (2018). "Elected in a close race: Mayor's characteristics and local public finances". *Economía, v. 19 (2), pp. 149-163.*
- Santos, M. L., Silva, M. B. D., Figueiredo Filho, D. B. & Rocha, E. C. D. (2015). *Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. Opinião Pública, 21(1), 33-59. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-019121133>*
- Silva, M. C. (2019). "Critérios de avaliação de políticas públicas e de desempenho: aspectos conceituais e empíricos". *Governnet - Boletim de Orçamento e Finanças, ano 15 (167), pp. 227-238.*
- Silva, M., Silva, J. D., & Borges, E. (2015). *Avaliação da Execução Orçamentária por Funções de Governo em Municípios com a utilização de Índices de Desempenho (Assessment of the Budgetary Execution by Government Functions In Municipalities with the Use of Performance Indexes). RMC, Revista Mineira de Contabilidade, 16(1), 5-17.*
- Svallfors, S. (2011). *A bedrock of support? Trends in welfare state attitudes in Sweden, 1981-2010. Social Policy & Administration, 45(7), 806-825.*
- Thomson, R., Royed, T., Naurin, E., Artés, J., Costello, R., Ennser-Jedenastik, L., FERGUSON, M.; KOSTADINOVA, P.; MOURY, C.; PÉTRY, F., & Praprotnik, K. (2017). *The fulfillment of parties' election pledges: A comparative study on the impact of power sharing. American Journal of Political Science, 61(3), 527-542.*
- Tullock, G., Brady, G. L., & Seldon, A. (2005). "Government failure: a primer in public choice". *Cato Institute.*
- Yashobanta, Y. P., & Behera, S. R. (2012). *Causal Link between Central Government Revenue and Expenditure: Evidence for India. University Library of Munich, Germany.*
- Wooldridge, J. M. (2012). "Introdução à econometria: uma abordagem moderna". 6. ed. São Paulo: Cengage Learning.